

**Governo trava R\$15 bi para se aproximar da meta fiscal**

APÓS REUNIÃO COM LULA

**TRAVA DE R\$ 15 BI****Haddad anuncia congelamento de gastos após previsão de déficit chegar a R\$ 32 bi**THAÍS BARCELLOS, KAROLINI BANDEIRA E VITTIUS NEDER  
BRASÍLIA/DF

A equipe econômica do governo convenceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva da necessidade de segurar despesas neste ano para atingir a meta de déficit zero nas contas públicas. Após uma reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem que o governo fará um congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento para cumprir as regras fiscais deste ano em meio à frustração com receitas e ao aumento acima do esperado de despesas obrigatórias, especialmente previdenciárias.

Após um dia de expectativa no mercado e alta do dólar, o anúncio do congelamento fez a moeda americana recuar fora do horário regular de negociação. (leia mais na página 14).

Haddad informou que o governo fará um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões devido a estimativas de gastos que superam o limite determinado pelo arcabouço fiscal e um contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões em função de arrecadação insuficiente para alcançar a meta.

**'EVITAR ESPECULAÇÕES'**

Haddad não disse qual será a nova estimativa de déficit nas contas públicas para 2024, mas afirmou que deve ficar próximo do intervalo de tolerância, que permite rombo de até R\$ 28,8 bilhões (0,25% do PIB). Em relatório divulgado em maio, a projeção era negativa em R\$ 14,5 bilhões.

— Vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço até o final do ano — disse Haddad.

O Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Federais, que será divulgado na próxima segunda-feira,

deve apontar que o governo decidiu contingenciar despesas após a estimativa de déficit público subir para R\$ 32,6 bilhões. Com o congelamento de gastos, essa estimativa será reduzida para R\$ 28 bilhões, nas contas do governo federal.

A decisão foi tomada na chamada Junta de Execução Orçamentária (JEO), que reuniu Lula, Haddad, e os ministros da Casa Civil, Rui Costa; do Planejamento, Simone Tebet; e da Gestão, Esther Dweck. O encontro foi para discutir o 3º Relatório Bimestral.

Para evitar especulações, segundo Haddad, o governo decidiu antecipar a divulgação do número principal do relatório:

— Essas informações serão prestadas no dia 22, esta-

mos antecipando justamente para evitar especulações.

Nas contas de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da gestora ARX Investimentos, o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento é insuficiente para atingir até mesmo a banda inferior da meta para o resultado primário prevista no arcabouço fiscal para este ano, que é de um saldo zero entre receitas e despesas, com margem de 0,25 ponto percentual do PIB, para mais ou para menos.

**FÁCIL CONVENCER LULA**

Ainda assim, Barros acredita que os investidores reagirão de forma "neutra a positiva" à medida, evitando novas rodadas de altas expressivas no dólar e nas taxas de juros. Havia entre

analistas e investidores a percepção de que o congelamento pudesse ficar em torno de R\$ 10 bilhões. Um valor próximo ou abaixo disso poderia levar a novas disparadas no dólar e nos juros futuros, ele diz.

— Se o governo entrega uma medida com mais materialidade, conseguiremos ver uma curva de juros (as taxas dos contratos futuros de diferentes prazos) mais baixa e uma taxa de câmbio mais apreciada (com o dólar mais barato).

O ministro da Fazenda disse que serão R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude de gastos acima do limite de crescimento real das despesas de 2,5%, e R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento, em virtude da receita. Isso se dará principalmente, segundo ele, porque o projeto

que permite a compensação da desoneração da folha de pagamento dos setores que mais empregam no país e de pequenos municípios ainda não foi votado.

Haddad afirmou que levou números da área econômica para cumprir a determinação de Lula de observar as regras do arcabouço fiscal. Ele explicou ainda que o bloqueio e o congelamento não consideram o pente-fino em programas sociais. No início do mês, o ministro antecipou que Lula autorizou um corte de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025 (leia abaixo). Esse número segue valendo e será detalhado em agosto. O que Haddad anunciou agora foi o congelamento de recursos para cumprir a meta em 2024.

— Não colocamos neste relatório uma eventual queda de despesa. Por isso que deu R\$ 11,2 bilhões de bloqueio. Neste relatório, não estamos considerando esse trabalho.

Tebet, por sua vez, disse que foi "fácil" convencer Lula da necessidade de segurar gastos:

— Ele já foi convencido lá atrás. Hoje (ontem) foi fácil.

Há uma diferença técnica entre bloqueio e contingenciamento. O primeiro ocorre quando há um crescimento de despesas obrigatórias, como a Previdência, e é preciso controlar gastos não obrigatórios — isso é necessário para não estourar o limite de despesas previsto no arcabouço fiscal.

O contingenciamento acontece quando há frustração de receitas e é necessário segurar gastos para cumprir a meta.

**'PASSO INTERMEDIÁRIO'**

Enquanto no bloqueio o governo pode escolher quais programas serão cortados, no contingenciamento a redução é linear. Ambos podem ser revertidos no próximo relatório caso as estimativas da equipe econômica melhorem.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Marcus Pestana, o congelamento de R\$ 15 bilhões é "suficiente" por enquanto, dado que ainda faltam meses para terminar o ano e poderão ocorrer eventos tanto no lado das despesas quanto das receitas:

— Como passo intermediário, é suficiente.

Segundo Pestana, nas contas da IFI, o resultado primário das contas públicas (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros) deverá fechar 2024 com um déficit efetivo de 0,7% do PIB. Descontados os gastos com a emergência das enchentes no Rio Grande do Sul, o rombo cairia para 0,5% do PIB.



Despesa mais alta. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anuncia o congelamento, após gasto maior, principalmente da Previdência, e receita menor

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ**Seção:** Economia **Página:** 13